

Termo de Referência 133/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
133/2025	120195-CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS	IVANTUIL DE ANDRADE FRANCHINI	18/06/2025 16:41 (v 6.0)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		Será informado pela UGE

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 2 (dois) Sistemas de Radares de Aproximação de Precisão (PAR) Transportáveis para substituir os Radares PAR2000T, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Equipamentos	221365	un	2	R\$ 44.378.788,76	R\$ 88.757.577,52
	2	Serviços Técnicos Especializados	22225	sv	2	R\$ 990.877,11	R\$ 1.981.754,22
	3	Documentação Técnica	13781	cj	1	R\$ 346.864,88	R\$ 346.864,88
	4	Sobressalentes (*)	221365	cj	1	R\$ 1.948.915,04	R\$ 1.948.915,04
TOTAL DO FORNECIMENTO							R\$ 93.035.111,66

(*) Como trata-se de uma licitação, onde diversos proponentes poderão apresentar os seus produtos e, portanto, o conjunto de itens sobressalentes, provavelmente, irá variar em função do produto a ser ofertado, não é possível determinar a listagem exata de itens sobressalentes.

1.1.1. Em caso de divergência entre as descrições/especificações constantes do CATMAT/CATSER e as indicadas nas Especificação Técnica e Logística nº 000.03.T01.EP.002.03, Anexo I deste Termo de Referência, prevalecerá o estabelecido na Especificação Técnica.

1.1.2. A natureza técnica e funcional dos Radares de Aproximação de Precisão (PAR) Transportáveis exige uma integração precisa e coordenada de todos os seus componentes para assegurar seu desempenho eficaz e seguro. A divisão do fornecimento em lotes ou partes distintas poderia comprometer a compatibilidade entre os sistemas e dificultar a implementação de soluções integradas, aumentando o risco de falhas operacionais. Dessa forma, a adjudicação por preço global, que assegura a execução do contrato de forma unificada, é a melhor abordagem para garantir a qualidade, a eficiência e a segurança do sistema como um todo, preservando a operacionalidade e a funcionalidade dos radares.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como especiais, uma vez que trata-se da aquisição de 2 (dois) sistemas de Radar PAR Transportável, que serão utilizados em regiões isoladas e desprovidas de infraestrutura de apoio, possibilitando além do procedimento de aproximação de precisão, os sistemas radar PAR transportáveis realizarão também o controle de terminal, de forma a viabilizar o recolhimento das aeronaves sem a necessidade de apoio de órgãos ATC e também como alternativa capaz de substituir, de maneira temporária, uma eventual situação de contingência por parte dos órgãos ATC.

1.2.1. A presente contratação não se enquadra como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos da definição contida na Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022, art. 2, inciso VII, principalmente o contido no Anexo II, alínea b dessa Instrução, uma vez que os sistemas que serão implantados são voltados ao serviço de Controle de Tráfego Aéreo e de Defesa Aérea, prestados por órgãos operacionais do Departamento de Controle do Espaço Aéreo a aeronaves civis e militares que sobrevoam o espaço aéreo Brasileiro, envolvendo, portanto, enlaces terra-ar contendo informações apenas de cunho operacional, sem obter, processar, armazenar, disseminar ou utilizar informações relacionadas a processos de negócios do COMAER.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência contratual é de 1007 dias (mil e sete) dias corridos, e engloba o prazo destinado à execução do objeto contratual que é de 874 dias (oitocentos e setenta e quatro) dias corridos, acrescido do prazo de 15 (quinze) dias corridos para o recebimento provisório, mais 90 (noventa) dias corridos para o recebimento definitivo e mais 28 (vinte e oito) dias para a efetivação do pagamento final, contados da data (T0) informada na Ordem de Serviço (OS), na forma do artigo 105 e 111, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice A deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000011/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 03/05/2024;

III) Id do item no PCA: 537;

IV) Classe/Grupo: 833 - Serviços de Engenharia;

V) Identificador da Futura Contratação: 120195-88/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **apêndice A** deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Caso Geral:

4.1.1. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, integrando considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e aos direitos humanos.

4.1.2. Adotar critérios de sustentabilidade ambiental na administração de seus recursos materiais e humanos, observadas as prescrições da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 JAN 2010, em especial, quando couber:

4.1.2.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.2.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.2.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.2.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.2.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.2.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.2.7. Respeitar as Normas Brasileiras NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.1.2.8. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, durante a fabricação dos itens que compõem o objeto, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.1.3. Cumprir as demais obrigações de sustentabilidade ambiental previstas nas obrigações da Contratada no Termo de Referência e Anexos.

4.1.4. Atender, no que couber, ao contido no Decreto nº 9.178/2017, no tocante as seguintes Diretrizes:

4.1.4.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.4.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

4.1.4.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.4.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.4.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.1.4.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.4.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e nas obras; e

4.1.4.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

B. Caso Concreto:

4.1.5. Considerando o escopo do projeto e as características do objeto, a contratada e subcontratações devem cumprir os seguintes critérios de sustentabilidade, relacionados abaixo:

B.1 Esfera Ambiental:

4.1.5.1. Elaborar, apresentar e executar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), contemplando todos os tipos de resíduos que serão gerados a partir das atividades do projeto, prevendo que os recicláveis sejam destinados à Cooperativas/Associações de Catadores locais e os demais sejam destinados de forma ambientalmente adequada, com apresentação de Certificado de Destinação Final (CDF).

4.1.5.2. Utilizar equipamentos consumidores de energia que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia Classe A. Na falta do tipo “A” dar preferência à classificação subsequente, e assim, por diante.

4.1.5.3. Priorizar a utilização de bens e itens duráveis em detrimento àqueles do tipo descartáveis (uso único ou com pouco tempo de vida útil), na impossibilidade de se utilizar o primeiro, preferir o descartável do tipo biodegradável.

4.1.5.4. Utilizar madeiras provenientes de manejo florestal responsável ou reflorestamento, comprovada mediante a apresentação do certificado de procedência da madeira DOF.

B.2 Âmbito Social:

4.1.5.5. Garantir em seu quadro de funcionários, para execução do contrato, pessoas do gênero feminino e pessoas com deficiência (PCD).

4.1.5.6. Priorizar a contratação de mão de obra local.

4.1.5.7. Adquirir insumos e matérias primas necessárias, na localidade do desenvolvimento do projeto.

B.3 Treinamento e Sensibilização:

4.1.5.8. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.5.9. Realizar treinamento interno sobre Segurança do Trabalho e utilização de Equipamento de Proteção, periodicamente.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não aplicável ao objeto da presente contratação.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não aplicável ao objeto da presente contratação.

Da exigência de amostra

4.4. Não aplicável ao objeto da presente contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não aplicável ao objeto da presente contratação.

Subcontratação

4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação do objeto da contratação, o qual consiste nos equipamentos relacionados com os subsistemas abaixo relacionados:

4.7.1. Subsistema Radar composto por:

4.7.1.1. Subsistema Radar de Aproximação de Precisão – PAR;

4.7.1.2. Subsistema Radar Primário de Vigilância – PSR; e

4.7.1.3. Subsistema Radar Secundário de Vigilância – SSR.

4.7.2. Subsistema de Visualização;

4.7.3. Subsistema de Comunicações;

4.7.4. Subsistema de Energia e Climatização;

4.7.5. Subsistema de Transporte;

4.7.6. Subsistema de Meteorologia (Estação Meteorológica de Superfície Táctica);

4.7.7. Subsistema de Telecomando e Telesupervisão;

4.7.8. Subsistema B.I.T.E. (Built in Test Equipment);

4.7.9. Subsistema de Balizas;

4.7.10. Subsistema de Shelter(s); e

4.7.11. Subsistema de Sincronismo de Tempo.

4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.8.1. Serviços de instalação e configuração: desde que a empresa CONTRATADA apresente à CONTRATANTE, certificado(s) individual(is) emitido(s) em nome do(s) funcionário(s) da empresa SUBCONTRATADA, que recebeu(ram) o treinamento adequado, que lhe(s) permita(m) realizar(em) as atividades propostas;

4.8.2. Serviços relacionados com os treinamentos: desde que a empresa CONTRATADA apresente à CONTRATANTE, certificado(s) individual(is) emitido(s) em nome do(s) funcionário(s) da empresa SUBCONTRATADA, que recebeu(ram) o treinamento adequado, que lhe(s) permita(m) realizar(em) as atividades propostas;

4.8.3. Serviços relacionados com o atendimento em garantia técnica: desde que a empresa CONTRATADA apresente à CONTRATANTE, certificado(s) individual(is) emitido(s) em nome do(s) funcionário(s) da empresa SUBCONTRATADA, que recebeu(ram) o treinamento adequado, que lhe(s) permita(m) realizar(em) as atividades propostas;

4.8.4. Serviços de transporte de materiais e equipamentos; e

4.8.5. Serviços de tradução, se for o caso.

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.13.1. A garantia, de qualquer natureza, deverá ser feita em favor do Centro de Aquisições Específicas - CAE, Unidade Gestora Executora. Quando, em dinheiro, esta deverá ser apresentada na forma de depósito em conta específica em instituição bancária, conforme orientação daquela UGE, com correção monetária.

4.14. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas

4.14.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

- 4.14.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.14.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.14.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.15. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.16. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.17. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.18. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.18.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.19. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.19.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- 4.19.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.23.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.23.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.24.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

- 4.24.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria:

- 4.29. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.29.1. Na presente licitação, a realização de vistoria será FACULTATIVA .
- 4.29.2. Os documentos do Projeto, relacionados nos Anexos deste Termo de Referência, são suficientes para que o licitante compreenda a plenitude do objeto licitado e visam suprir os potenciais interessados das condições locais, das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e das condições de execução do objeto a ser licitado possibilitando que a exigência de visita ao local seja flexibilizada.
- 4.29.3. Sendo assim, em caso de interesse na visita, as licitantes deverão indicar representante autorizado para realizar a vistoria técnica aos sítios do 3º/1º GCC (Natal - RN) e do 5º/1º GCC (Porto Velho – RO) acompanhado por servidor designado para esse fim, em horário de expediente do local a ser visitado, devendo o agendamento ser efetuado previamente, de segunda à quinta-feira das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 às 16:30 horas e às sextas-feiras das 08:00 horas às 12:00 horas, pelos telefones +55 21 2174-7756 (Eng. Leonardo Paiva: paiva@ciscea.gov.br) ou +55 21 2174-7990 (Eng. Gustavo Grecco: gustavocunha@ciscea.gov.br).
- 4.29.4. No caso da opção pela visita, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, portando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria e apresentar o Atestado de Vistoria, conforme modelo incluído no Termo de Referência elaborado pela EPC, devidamente preenchido para assinaturas, por agente público, ao final da visita.
- 4.29.5. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.29.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Normas e Documentos Complementares:

- 4.30. A empresa deverá atender aos requisitos dos documentos relacionados a seguir, além daqueles constantes de normas, códigos, leis, decretos, portarias e demais regulamentos pertinentes, emanados das esferas políticas federal, estadual e municipal:
- 4.30.1. Normas

Relação de normas aplicáveis (por Órgão Normatizador).

Código	Título
DCA 66-1 **	Atividade de manutenção no Sistema de Controle do Espaço Aéreo, conforme Portaria DECEA nº 246 /DGCEA.
ICA 11-408 **	Restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a regularidade das operações aéreas”, aprovada pela Portaria nº. 1.424/GC3, de 14 de dezembro de 2020.
Resolução ANATEL nº 700 *	Regulamento Sobre a Avaliação da Exposição Humana a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Associados à Operação de Estações Transmissoras de Radiocomunicação.

ICA 92-19 ** Proteção Contra Incêndio em Ambientes Técnicos e Operacionais do SISCEAB.

* documento de acesso público.

** documentos disponíveis para consulta e download no endereço: <http://www.ciscea.decea.mil.br/divulgacaolicitacoescontratacao>

4.31. Adicionalmente, os requisitos da contratação estão descritos no Projeto Básico / Especificações Técnicas nº 000.03.T01.EP.002, na Especificação Logística Padrão nº 000.00.L00.EP.037 e no Checklist Logístico nº 000.03.L00.CL.002, em suas revisões mais atuais.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo para execução de todo o objeto é de 874 dias (oitocentos e setenta e quatro) dias corridos, contados da data (T0) informada na Ordem de Serviço (OS).

5.1.1. Na execução do objeto, deverão ser observados os prazos conforme Cronograma Físico-Financeiro, **Anexo III** deste Termo de Referência.

5.1.2. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.2.1. O Cronograma Físico a ser apresentado pela empresa deverá contemplar todas as atividades previstas para a execução do objeto citado no item 1 deste Termo de Referência, constando os marcos de fornecimento de equipamentos, materiais, logística, serviços, integração, testes de aceitação em fábrica e em campo e documentos necessários, em conformidade com o cronograma físico-financeiro apresentado no **Anexo III** deste Termo de Referência

5.1.2.2. O Cronograma Físico deverá apresentar a correlação entre cada atividade e sua respectiva duração, início e término, considerando o calendário teórico em dias, onde a data inicial (T0) corresponderá à data de assinatura do Instrumento Contratual, que marca o início da execução.

Físico-Financeiro

5.1.2.3. A empresa deverá apresentar Cronograma Físico-Financeiro, contemplando os eventos de pagamento, com os mesmos percentuais definidos no **Anexo III** deste documento. Para este efeito, a empresa deverá considerar como T0 a data de assinatura do Instrumento Contratual.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.3.1. Terceiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (3º/1º GCC) - Natal/RN.

- Base Aérea de Natal - Estrada do Aeroporto, s/n - Emaus - Parnamirim - RN - CEP 59.148-900

5.3.2. Quinto Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (5º/1º GCC) – Porto Velho/RO.

- Base Aérea de Porto Velho - Av. Lauro Sodré, s/n - Belmont - Porto Velho, RO - CEP 76.803-260

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, será de 24 (vinte e quatro) meses, conforme item 6.2.3.5 do *Check List* Logístico nº 000.03.L00.CL.002.03, Anexo III do Projeto Básico nº 000.03.T01.EP.002.03, **Anexo I** deste Termo de Referência.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito conforme item 6.2.3.5 do Check List Logístico nº 000.03.L00.CL.002.03, Anexo III do Projeto Básico nº 000.03.T01.EP.002.03, **Anexo I** deste Termo de Referência.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Regime de Execução:

5.16. O regime de execução será o da contratação semi-integrada, conforme previsto no art. 46, VI, da Lei nº 14.133/2021.

5.17. A empresa contratada será responsável pela elaboração do Projeto Executivo para todas as localidades abrangidas pelo contrato. O Projeto Básico será de responsabilidade da contratante.

5.18. A opção pelo regime de execução da contratação semi-integrada justifica-se pelas especificidades técnicas e operacionais envolvidas no fornecimento do sistema radar PAR transportável. O fornecimento e instalação dos sistemas radar demandam tecnologias já definidas e de alto grau de especialização, o que implica na existência de soluções técnicas previamente consolidadas e comprovadas.

5.19. Ao contrário do regime de execução de contratação integrada, em que o contratado ficaria responsável tanto pelo projeto básico quanto pelo projeto executivo, ou seja, a execução completa da solução; o regime de execução de contratação semi-integrada é mais adequado, pois o projeto básico já se encontra desenvolvido pela Administração.

5.20. Além disso, esse regime otimiza os processos de planejamento e execução, garantindo maior flexibilidade ao contratado na elaboração do projeto executivo, sem perder o controle técnico da Administração sobre aspectos essenciais. Ele é adequado para a situação em que a Administração dispõe de um projeto suficientemente detalhado para nortear a execução, mas não deseja assumir integralmente a responsabilidade pelo detalhamento técnico, transferindo parte dessa incumbência ao contratado, que possui expertise técnica para propor soluções eficientes, inovadoras e economicamente vantajosas, ou seja, a escolha desse regime assegura maior controle técnico pela Administração, permitindo:

a) Garantia de atendimento às especificações técnicas já definidas, considerando que a Administração já detém conhecimento especializado sobre o equipamento e suas necessidades operacionais;

- b) Maior celeridade e eficiência na implantação, uma vez que o projeto básico e os requisitos técnicos já direcionam o processo de execução;
- c) Adequação ao objeto e à complexidade da contratação, uma vez que envolve equipamentos com características técnicas predefinidas e compatíveis com o modelo semi-integrado;
- d) Adicionalmente, o regime de execução da contratação integrada seria mais aplicável em casos de inovação tecnológica ou projetos ainda em fase de desenvolvimento, o que não se aplica ao caso concreto;
- e) Portanto, a escolha pelo regime da execução da contratação semi-integrada alinha-se com os princípios da eficiência, além de assegurar a aderência ao planejamento técnico previamente estabelecido pela Administração Pública.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas estabelecidas no Manual de Fiscalização de Contratos do Comando da Aeronáutica.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, aplicada de acordo com a faixa que abranger o período de atraso, conforme abaixo:

7.2.4.1.1. atraso até o 3º (terceiro) dia, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

7.2.4.1.2. atraso entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso; e

7.2.4.1.3. atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” e “h” de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “b”, “f” e “g”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 45 (quarenta e cinco) dias.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1.o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes índices de correção monetária:

8.21.1. o índice IPCA para o contrato assinado em moeda nacional (real);

8.21.2. o índice CPI (Costumer Price Index, divulgado pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), para o contrato assinado em moeda estrangeira (Dólares Americanos);

8.21.3. o índice HICP (Harmonised Index of Consumer Price), divulgado pelo European Central Bank (ECB), para o contrato assinado em moeda estrangeira (Euros); e

8.21.4. outro índice existente, desde que devidamente comprovado.

Forma de pagamento

8.22. Os pagamentos serão efetivados por eventos, conforme descritos no Cronograma Físico-financeiro, **Anexo III** deste Termo de Referência, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22.1. Os pagamentos feitos às empresas nacionais, consorciadas ou não, ocorrerão por intermédio do Centro de Aquisições Específicas (CAE), em reais, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de liquidação da respectiva nota fiscal ou fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.22.1.1. Caso a empresa nacional tenha optado por cotar preço em moeda estrangeira, o pagamento será efetuado em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, sendo considerada para tal fim a taxa de câmbio de venda da moeda estrangeira, no fechamento do câmbio do Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, disponível para consulta no site <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>.

8.22.1.2. Sendo assim, esta deverá utilizar para a emissão da correspondente Nota Fiscal ou Fatura, em reais, a taxa de câmbio de venda da moeda estrangeira, do fechamento do câmbio do Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à emissão da mencionada Nota Fiscal ou Fatura, disponível para consulta no <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>.

8.22.1.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá conter para referência o valor em moeda estrangeira constante da sua proposta comercial, devendo também ser apresentada a taxa de câmbio empregada para a conversão, conforme o disposto no item anterior.

8.22.1.4. Caso haja diferença entre o valor estabelecido na sua proposta, em moeda estrangeira, e valor efetivamente pago, em reais, convertido à taxa do câmbio de venda da moeda estrangeira, no fechamento do câmbio do Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, disponível para consulta no site <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>, a contratada deverá realizar o ajuste financeiro necessário, da seguinte forma:

8.22.1.4.1. Para pagamentos a menor, deverá ser emitida uma Nota Fiscal ou Fatura complementar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do efetivo pagamento, no valor em reais equivalente à diferença do valor constante na sua proposta e o valor efetivamente pago moeda estrangeira, tomando como base a mesma taxa de câmbio supramencionada, tomado como valor final de ajuste.

8.22.1.4.2. Para pagamentos a maior, a diferença, tomada em reais a partir da Nota Fiscal ou Fatura original, deverá ser convertida em moeda estrangeira, tomando como base a mesma taxa de câmbio supramencionada, e deduzida do valor da sua proposta em moeda estrangeira, constante para o próximo etapa a ser efetuada, conforme Cronograma Físico-Financeiro, anexo a este Termo de Referência.

8.22.1.4.3. Caso não seja possível proceder conforme o descrito acima, a contratante deverá informar o fato à contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do efetivo pagamento (item 8.23 deste Termo de Referência), e o valor deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional do Brasil, por intermédio da Guia de Recolhimento da União (GRU), num período máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da informação pela contratada.

8.22.1.4.4. Caso a contratada deixe de realizar o recolhimento, a contratante poderá executar a Garantia Financeira de Execução do Contrato, no valor do recolhimento devido e não realizado, após 90 (noventa) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da informação pela contratada.

8.22.2 Os pagamentos feitos às empresas estrangeiras, consorciadas ou não, ocorrerão por intermédio da Comissão Aeronáutica Brasileira localizada no exterior, em moeda estrangeira, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da respectiva nota fiscal ou fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.22.3. Os pagamentos serão realizados, observado o seguinte procedimento:

8.22.3.1. Após a realização do evento previsto no Cronograma Físico-financeiro, a CONTRATANTE emitirá e enviará à CONTRATADA o Termo de Aceitação ou Carta de Recebimento, atestando o cumprimento do evento.

8.22.3.2. A CONTRATADA emitirá a nota fiscal ou fatura do evento realizado, encaminhando-a à CONTRATANTE (CISCEA), acompanhada do respectivo Termo de Aceitação ou Carta de Recebimento.

8.22.3.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do evento, conforme este Termo de Referência.

8.22.4. Fica desde já vedada à negociação das faturas oriundas do presente fornecimento com bancos ou quaisquer outras instituições financeiras, inclusive empresas de *factoring*.

8.22.5. Os documentos de cobrança serão quitados desde que estejam cumpridas, integralmente, as obrigações anteriores da CONTRATADA, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, até a data do evento que originou o faturamento, incluindo os eventos puramente físicos.

8.22.6. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, sem ônus para a CONTRATADA, em nome da contemplada, em domicílio bancário indicado na correspondência que encaminhar o documento de cobrança.

8.22.7. Deverão ser regularmente cumpridos pela CONTRATADA todos os requisitos legais necessários para fins de emissão de empenhos, de liquidação e de pagamento dos compromissos assumidos pelo contrato.

8.22.8. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Antecipação de pagamento

8.26. A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se

encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, dos seguintes índices, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30.1. o índice IPCA para o contrato assinado em moeda nacional (real);

8.30.2. o índice CPI (*Costumer Price Index*, divulgado pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), para o contrato assinado em moeda estrangeira (Dólares Americanos);

8.30.3. o índice HICP (*Harmonised Index of Consumer Price*), divulgado pelo European Central Bank (ECB), para o contrato assinado em moeda estrangeira (Euros); e

8.30.4. outro índice existente, desde que devidamente comprovado.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.24. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO Internacional no Brasil, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto seguirá o estabelecido no Cronograma Físico, Anexo III deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (no que couber)

9.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista (no que couber)

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira (no que couber)

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, ~~para cada exercício~~, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um),), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Capacitação Técnico – Operacional (CTO):

9.32.1.1. Mediante apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada em nome do licitante, relativo à fabricação e fornecimento de um Sistema Radar (PAR) transportável destinado a operar em órgão militar, composto pelos seguintes subsistemas:

a) Subsistema Radar composto por:

- i. Subsistema Radar de Aproximação de Precisão – PAR;
 - ii. Subsistema Radar Primário de Vigilância – PSR; e
 - iii. Subsistema Radar Secundário de Vigilância – SSR;
- b) Subsistema de Visualização;
 - c) Subsistema de Comunicações;
 - d) Subsistema de Energia e Climatização;
 - e) Subsistema de Transporte;
 - g) Subsistema de Meteorologia (Estação Meteorológica de Superfície Tática);
 - h) Subsistema de Telecomando e Telesupervisão;
 - i) Subsistema B.I.T.E. (Built in Test Equipment);
 - j) Subsistema de Balizas;
 - k) Subsistema de Shelter(s); e
 - l) Subsistema de Sincronismo de Tempo.

Nota 1: No caso de consórcios, atestados emitidos a favor de apenas um dos consorciados também serão aceitos.

Nota 2: O atestado exigido no subitem 9.32.1.1. somente será aceito se possuir as seguintes informações: Timbre da organização emitente, endereço, telefone, e-mail, nome legível do representante que assinou e que tenha poderes para isso, número do contrato equivalente ao objeto e demais informações necessárias, em caso de diligência.

Nota 3: As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e endereço atual da CONTRATANTE.

Capacitação Técnico – Profissional (CTP):

9.32.1.2. Mediante apresentação de documento específico, comprovando que a empresa possui em seu quadro permanente de funcionários, representantes inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou órgão similar no exterior, conforme exigências abaixo:

- a) Pelo menos um Engenheiro Elétrico com ênfase em Eletrônica;
- b) Pelo menos um Engenheiro Eletricista com ênfase em Telecomunicações; e
- c) Pelo menos um Engenheiro Elétrico com ênfase em Eletricidade.

9.32.1.3. Os profissionais acima exigidos deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.32.1.4. No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata o subitem 9.32.1.2. poderão ser substituídos por profissionais de qualificação equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme se depreende do art. 67, §6º da Lei nº 14.133/2021.

9.32.1.5. Adicionalmente, no caso de empresas estrangeiras, deverá ser comprovado mediante apresentação de documento específico, a existência de um representante legal no Brasil inscrito no CREA, com habilitação em Engenharia Elétrica com ênfase em Telecomunicações ou Eletrônica, capaz de representar a empresa, formalmente, em todas as atividades técnicas e logísticas no país, previstas na execução do objeto do contrato, até o término da garantia do sistema.

9.32.1.6. Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação, deverão ser indicados neste item com fundamento no art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.32.2. Não serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Participação de cooperativas

9.38. Na presente licitação, será VEDADA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

9.38.1. É vedada a participação de cooperativas para esta licitação, uma vez que, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, há necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, conforme a Súmula nº 281, do TCU.

9.38.2. A admissão de cooperativas para a aquisição de Radar PAR Transportável apresenta várias desvantagens técnicas, principalmente relacionadas à falta de especialização, capacidade técnica limitada e dificuldades para atender aos rigorosos padrões de segurança e qualidade exigidos no setor de controle aéreo. Além disso, cooperativas podem enfrentar desafios relacionados à manutenção, suporte técnico e inovação tecnológica, fatores essenciais para garantir o bom desempenho do equipamento ao longo do tempo.

Participação sob a forma de consórcio

9.40. Será permitida a formação de CONSÓRCIO.

9.40.1. Para aumentar o caráter competitivo do certame licitatório, tendo em vista a materialidade financeira e a complexidade da obra, será admitida a participação de consórcio, sem prejuízo para o conjunto do objeto, conforme estabelecido no Edital.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 93.035.111,66 (noventa e três milhões, trinta e cinco mil, cento e onze reais e sessenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos no documento Memorial de Custos nº 000.26.T01.MC.001, que integra este processo.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 0001/120127 – apoiada pelo CAE – 120195;

II) Fonte de recursos: 1050A00008;

III) Programa de trabalho: 05.151.6112.20XV.0001;

IV) Elemento de despesa: 33.90.30, 40.90.39 e 40.90.52; e

V) Plano interno: FCEA04VIG05 e DC010402VIG;

VI) Código PLANSET: VIG05015; e

VII) Cód. de Execução (IM): 23.029 – Substituir 2 (dois) PAR (*Precision Approach Radar*) transportáveis (PFF030).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Será formalizado termo contratual.

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1. Conforme previsto no termo de contrato.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Conforme previsto no termo de contrato.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1. Conforme previsto no termo de contrato.

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. Conforme previsto no termo de contrato.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Conforme previsto no termo de contrato.

19. 7. ALTERAÇÕES

19.1. Conforme previsto no termo de contrato.

20. 8. FORO

20.1. Conforme previsto no termo de contrato.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

21.1. Conforme previsto no termo de contrato.

22. ORIENTAÇÕES APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

22.1. As Propostas Técnica, Logística e Comercial para o fornecimento deverão ser elaboradas no idioma português, em volumes separados, devendo conter os itens a seguir relacionados:

22.1.1. **Volume I – Proposta Técnica:** deve constar as informações solicitadas no Projeto Básico / Especificação Técnica nº 000.03.T01.EP.002.03 de forma detalhada, incluindo:

- a) Declaração de concordância com o fornecimento, nos seus termos;
- b) Matriz de conformidade com os requisitos constantes no Projeto Básico / Especificação Técnica nº 000.03.T01.EP.002.03; e
- c) Descrição e quantificação dos itens de equipamentos, materiais e serviços a serem fornecidos.

22.1.2. **Volume II – Proposta Logística:** deve constar as informações solicitadas na Especificação Logística Padrão 000.00.L00.EP.037.02 e no Checklist Logístico 000.03.L00.CL.002.03 de forma detalhada, incluindo:

- a) Declaração de concordância com o fornecimento, nos seus termos;
- b) Matriz de conformidade com os requisitos constantes na Especificação Logística Padrão 000.00.L00.EP.037.02 e no Checklist Logístico 000.03.L00.CL.002.03; e
- c) Descrição e quantificação dos itens logísticos a serem fornecidos.

22.1.3. **Volume III – Proposta Comercial:** deve conter a discriminação individual dos preços (em Reais) dos equipamentos, serviços técnicos especializados; documentação técnica e sobressalentes; o Cronograma Físico-Financeiro; e outras informações, não explicitamente mencionadas, que possam ser úteis na avaliação da proposta comercial, incluindo:

- a) A Planilha de Custos do Fornecimento no formato do **Anexo II**, totalmente preenchida, seguindo o disposto no Acordo 2.622 /2013 (TCU – Plenário), no que se refere às despesas indiretas (BDI para serviços técnicos especializados e BDI diferenciado para equipamentos, documentação técnica e sobressalentes).

BDI - Benefícios e Despesas Indiretas.

Nota 1: Para as parcelas do BDI relacionadas à “Administração Central”, “Seguro e Garantia”, “Risco”, “Despesa Financeira” e “Lucro”, as proponentes deverão se atentar e obedecer aos limites inferiores e superiores dos percentuais estabelecidos para “Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica” (Tipo de Obra), constante do quadro 14, item 3.6 do Acórdão nº 2622/2013.

Nota 2: Para as parcelas do BDI diferenciado relacionadas à “Administração Central”, “Seguro e Garantia”, “Risco”, “Despesa Financeira” e “Lucro”, as proponentes deverão se atentar e obedecer aos limites inferiores e superiores dos percentuais estabelecidos no quadro 18, item 3.6 do Acórdão nº 2622/2013.

Nota 3: Para a parcela de “Tributos”:

i. Caso a PROPONENTE seja uma empresa nacional, deve ser seguido o que estabelece o item 2.3.3 do acórdão 2.622/2013 (TCU – Plenário).

ii. Caso a PROPONENTE seja uma empresa estrangeira, que não está sujeita ao regime de tributação brasileiro, deverá ser fornecido na fase de apresentação da proposta comercial, evidências do percentual do imposto aplicado em seu país.

iii. Os tributos compreendem:

a) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS): deve considerar os locais de prestação do serviço, que para o presente objeto, serão as cidades de Natal e Porto Velho, cuja alíquota é de 5% para ambas as cidades – Vide item 2.3.3, parágrafo 189 do acórdão 2.622/2013 (TCU – Plenário);

b) O Programa de Integração Social (PIS) – Vide item 2.3.3.2 do acórdão 2.622/2013 (TCU – Plenário), parágrafo 189; e

c) A Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – Vide item 2.3.3.2 do acórdão 2.622/2013 (TCU – Plenário), parágrafo 189.

Nota 4: O cálculo do BDI deve obedecer a seguinte fórmula:

$$\text{BDI (\%)} = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G)) (1 + DF) (1 + L) - 1}{(1 - T)} \right] \times 100$$

Onde:

Componentes
AC = Administração Central
S = Seguros
R = Riscos
G = Garantias
DF = Despesas Financeiras
L = Lucro
T* = Tributos
* Para o BDI (Serviços Técnicos) incide ISS, PIS e COFINS.
* Para o BDI diferenciado (Equipamentos, Documentação Técnica e Sobressalentes) incide PIS e COFINS.

22.1.4. As Propostas devem ter validade não inferior a 180 dias.

22.2. A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

22.3. Os valores descritos na tabela do **item 1.1** deste Termo de Referência estão expressos em Reais e tendo em vista se tratar de licitação internacional com fulcro na Lei 14.133/2021, cuja definição encontra-se no inciso XXXV do Art 6º, combinada com a disciplina do Art. 52 e exceção prevista no inciso II do Art. 12, **será admitida a proposta em Dólar.**

22.4. Será realizada a simulação de incidência de encargos tributários nas propostas de empresas estrangeiras, visando isonomia em aspectos de custos e formação de preços com as empresas brasileiras.

22.4.1. Em caso da vencedora ser licitante estrangeira, a ata da licitação terá ressalva de que os gravames tributários serão suprimidos para fins da futura contratação.

22.5. O edital irá prever quais os tributos constarão da equalização, conforme prevê o §4º do Art. 52 da Lei 14.133/2021.

22.6. Os licitantes nacionais poderão fazer suas propostas em Dólar, caso haja licitantes estrangeiros que assim a façam.

22.7. O licitante, nacional ou estrangeiro, poderá apresentar sua proposta em Real ou Dólar. Contudo, para cadastramento no sistema eletrônico, é necessário apresentar o valor em Real.

22.8. Os valores propostos em moeda estrangeira deverão ser convertidos em Real, à taxa de câmbio de venda da respectiva moeda estrangeira do fechamento do câmbio do Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data de publicação da licitação no Diário Oficial da União (DOU), disponível para consulta no sítio <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>, para cadastramento no sistema eletrônico em que será processada a licitação.

22.9. Regras de equiparação dos tributos: Deverão ser incluídos os impostos que serão cobrados as licitantes nacionais no objeto e fazer o correspondente para a internacionais.

22.10. Para fins de julgamento e classificação das propostas, serão acrescidos às propostas das licitantes estrangeiras que não funcionem no País os gravames consequentes dos mesmos tributos que onerarem as licitantes brasileiras (§ 4º do art. 52 da Lei nº14.133, de 1993); Os gravames incidentes sobre os preços constarão do edital e serão definidos a partir de estimativas ou médias dos tributos) conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS NA FORMAÇÃO DO PREÇO NO BRASIL		
Tributos	%	Observação
CIDE	10%	Aplicado em licenças de softwares de prateleira via download. Solução de Consulta COSIT nº 107/2023, da Receita Federal
COFINS (equipamentos)	9,65%	Aplicável somente a equipamentos que tramitaram pela aduana. Cálculo no Portal SISCOMEX, código NCM 8517.62.41
COFINS (software)	7,60%	Aplicado em licenças de softwares de prateleira via download. Solução de Consulta COSIT nº 107/2023, da Receita Federal
ICMS	4%	Aplicável somente à equipamentos que tramitaram pela aduana. Resolução nº 13/2012, do Senado Federal
II	12,80%	Aplicável somente a equipamentos que tramitaram pela aduana. Cálculo no Portal SISCOMEX, código NCM 8517.62.41
IPI	15%	Aplicável somente a equipamentos que tramitaram pela aduana. Cálculo no Portal SISCOMEX, código NCM 8517.62.41
IRRF	15%	Aplicado em licenças de softwares de prateleira via download. Solução de Consulta COSIT nº 107/2023, da Receita Federal
PIS (equipamentos)	2,10%	Aplicável somente a equipamentos que tramitaram pela aduana. Cálculo no Portal SISCOMEX, código NCM 8517.62.41
PIS (software)	1,65%	Aplicado em licenças de softwares de prateleira via download. Solução de Consulta COSIT nº 107/2023, da Receita Federal

22.11. Os licitantes nacionais deverão evidenciar a legislação tributária que embasa as alíquotas de impostos utilizadas no cálculo do preço final.

22.12. Os modelos de proposta constam do anexo V e anexo VI deste Termo de Referência.

22.13. O cadastramento das propostas e lances por licitantes estrangeiros no sistema eletrônico deverá considerar o valor total equalizado, conforme Modelo de Proposta de Preço para os Licitantes Estrangeiros, anexo do Termo de Referência.

22.14. As empresas estrangeiras que tiverem interesse em participar da licitação também deverão cadastrar-se previamente no SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), conforme IN nº 20, 2020 que regula a participação de regulação de empresas estrangeiras.

22.15. Há um guia destinado a orientar as empresas/fornecedores estrangeiros que desejem participar das licitações no Brasil a se cadastrarem no SICAF, disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-ainformacao/manuais/manual-sicaf/sicafoperational-manual.pdf>.

22.16. Os documentos exigidos para os níveis cadastrais poderão ser atendidos mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

22.17. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal, consoante parágrafo único do art. 70, da Lei nº 14.133/21. Caso não existam documentos equivalentes para determinado requisito, o licitante estrangeiro deverá apresentar declaração formal nesse sentido.

22.18. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora, conforme § 4º, art. 67 da Lei nº 14.133/21.

22.19. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput art. 67 da Lei nº 14.133/21, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, conforme § 7º, art. 67 da Lei nº 14.133/21.

22.20. Para fins de assinatura do contrato os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

22.21. A proponente poderá ser convocada para esclarecimentos adicionais.

23. OBRIGAÇÕES TÉCNICAS

23.1 São obrigações da CONTRATANTE:

23.1.1. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações aplicáveis, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

23.1.2. Providenciar a permissão de acesso às Organizações do COMAER para a equipe técnica da CONTRATADA para o levantamento em campo, instalações, execução de testes de aceitação e para realização de reuniões presenciais que se fizerem necessárias.

23.1.3. Participar das reuniões técnicas formais do processo de engenharia e gestão do contrato.

23.1.4. Cumprir as obrigações listadas nas Especificações e demais documentos desta Contratação.

23.2. São obrigações da CONTRATADA:

23.2.1. Executar o objeto conforme os requisitos descritos no Projeto Básico / Especificações Técnicas nº 000.03.T01.EP.002.03, na Especificação Logística Padrão nº 000.00.L00.EP.037.02, e no Checklist Logístico nº 000.03.L00.CL.002.03, em suas revisões mais atuais, assim como nas condições para participação e nos critérios de sustentabilidade ambiental, descritos neste Termo de Referência.

23.2.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Projeto Básico / Especificações Técnicas nº 000.03.T01.EP.002.03 e seus Anexos, bem como em sua proposta.

23.2.3. Em decorrência de restrições operacionais do controle do espaço aéreo, a CONTRATADA, mediante entendimentos com a CONTRATANTE, deverá realizar a necessária coordenação junto aos órgãos operacionais envolvidos quanto ao horário de realização de parte dos serviços.

23.2.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

23.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

23.2.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

23.2.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

23.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

23.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

23.2.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

23.2.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

23.2.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, até a data de aprovação dos testes de aceitação em campo de cada localidade.

23.2.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico / Especificações Técnicas nº 000.03.T01.EP.002.03, no prazo determinado.

23.2.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

23.2.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e possível aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Projeto Básico / Especificações Técnicas nº 000.03.T01.EP.002.03 e seus Anexos.

23.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

23.2.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no Projeto Básico / Especificações Técnicas nº 000.03.T01.EP.002.03, seus Anexos e demais documentos que compõem o processo.

23.2.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

23.2.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

23.2.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

23.2.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

23.2.23. A contratada deverá implementar e manter mecanismos de monitoramento e controle contínuos durante toda a vigência do contrato, incluindo, mas não se limitando a: a realização de auditorias regulares, internas e/ou externas, para verificação do cumprimento das obrigações contratuais e normativas aplicáveis; a participação obrigatória em reuniões periódicas trimestrais de acompanhamento, nas quais serão discutidos o andamento das atividades, o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços prestados; e a apresentação de relatórios periódicos semestrais detalhados, contendo informações sobre o progresso das atividades, indicadores de desempenho e eventuais não conformidades, a serem entregues em prazos previamente estabelecidos

no contrato. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

23.2.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

23.2.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

23.2.24. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

23.2.24.1. Para a execução do objeto será vedada a aplicação de mão de obra de pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, de acordo com o Parecer nº 00255/2019/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 24 ABR 2019, e Despacho Decisório nº 15/GM-MD, de 29 MAIO 2019, ambos do Ministério da Defesa.

23.2.24.2 Esta vedação se dá em função da execução do objeto, compreender o acesso às áreas e rotinas de segurança de instalações militares, extremamente sensíveis.

23.2.25. Em decorrência de restrições operacionais do controle do espaço aéreo, a CONTRATADA, mediante entendimentos com a CONTRATANTE, deverá realizar a necessária coordenação junto aos órgãos operacionais envolvidos quanto ao horário de realização de parte dos serviços.

23.2.26. Indicar formalmente uma pessoa, da própria empresa, para contatos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para o trato de quaisquer assuntos ligados ao contrato.

23.2.27. Manter a CONTRATANTE informada com relação ao início e ao progresso da execução do objeto contratado em seus vários estágios, encaminhando à Fiscalização relatórios descritivos do seu andamento.

23.2.28. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 15 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. A inobservância do prazo fixado somente será admitida pela CONTRATANTE quando decorrente de força maior ou de caso fortuito, enquadráveis na conceituação legal do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, ou de fatos comprovadamente imputáveis à própria CONTRATANTE, sob pena de aplicação das penalidades estipuladas no contrato.

23.2.29. Observar a regulamentação, especificações, detalhes e normas aplicáveis, respondendo por quaisquer falhas ou faltas, que serão sanadas sem ônus adicional para a CONTRATANTE. Acatar as instruções da Fiscalização e aceitar as alterações por ela determinadas, referentes às normas, especificações e demais documentos técnicos e contábeis aplicáveis, devendo as alterações, quando for o caso, serem comunicadas à CONTRATADA com a necessária antecedência.

23.2.30. Admitir, manter e dirigir o pessoal necessário para a execução do contrato, responsabilizando-se civilmente por ele e por quaisquer danos que ocasionar aos bens da CONTRATANTE, de terceiros ou sob sua responsabilidade, durante a execução do contrato.

Nota: Constatado qualquer dano nos bens da CONTRATANTE, de terceiros, ou sob a sua responsabilidade, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, a CONTRATANTE lançará mão dos créditos da CONTRATADA para ressarcir os prejuízos ocasionados aos lesionados.

23.2.31. Providenciar junto ao Poder Público ou às repartições competentes, com a antecedência necessária, as medidas para proteção e continuidade da execução do objeto contratado, ao seu cargo, como as aprovações e os registros específicos necessários ao cumprimento do contrato.

23.2.32. Facilitar o exercício da Fiscalização, prestando-lhe todos os esclarecimentos e informações administrativas e/ou técnicas que lhe forem solicitadas, fornecendo os documentos e dados de interesse para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

Nota: O exercício das funções da Fiscalização não desobriga a CONTRATADA de sua própria responsabilidade, quanto a adequada, pronta e fiel execução do objeto contratado.

23.2.33. Recolher, ao órgão do Comando da Aeronáutica que lhe for determinado, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou as indenizações devidas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação de multa ou solução definitiva de recurso.

23.2.34. A CONTRATADA será responsável pela obtenção de todas as licenças necessárias à execução do objeto, junto a todos os órgãos federais, estaduais e municipais, devendo apresentar todas as licenças à contratante, para o início de cada etapa relacionada a cada licença.

23.2.35. A CONTRATADA responderá exclusivamente por quaisquer compromissos assumidos junto a terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23.2.36. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

24. APÊNDICES E ANEXOS

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos:

24.1.1. Apêndice:

24.1.1.1. Apêndice A - Estudos Técnicos Preliminares nº 57/2025.

24.1.2. Anexos:

24.1.2.1. **Anexo I** - Projeto Básico nº 000.03.T01.EP.002.03;

24.1.2.2. **Anexo II** - Modelo de Planilha de Formação de Preços;

24.1.2.3. **Anexo III** - Cronograma Físico-Financeiro;

24.1.2.4. **Anexo IV** - Modelo de Proposta de Preços para Licitantes Estrangeiros;

24.1.2.5. **Anexo V** - Modelo de Proposta de Preços para Licitantes Nacionais;

24.1.2.6. **Anexo VI** - Modelo de Composição de BDI; e

24.1.2.7. **Anexo VII** - Modelo de Atestado de Visita Técnica.

25. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VICTOR LERY DE MELLO NORA

2º Ten QOCon SJU / Integrante Administrativo

GUSTAVO MELLO GRACA

Cap Eng / Integrante Técnico

TALITA DA CUNHA MATTOS

Maj Eng / Integrante Requisitante

Despacho: Aprovo o presente TR, visto que foi confeccionado em conformidade com o modelo disponibilizado no www.gov.br e, atende ao contido na IN SGD/ME Nº 81/2022, do ME.

ALEXANDRE ARTHUR MASSENA JAVOSKI

Maj Brig Eng / Ordenador de Despesas da CISCEA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	7.0-TR_120195-000133-2025-VERSAO_FINAL
Data/Hora de Criação:	18/06/2025 18:35:33
Páginas do Documento:	31
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	32
Hash MD5:	596448ebaa36813657cc42784479fdff
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten VICTOR LERY DE MELLO NORA no dia 24/06/2025 às 10:20:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap GUSTAVO MELLO GRAÇA no dia 24/06/2025 às 11:48:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major FERNANDO ANTONIO PAIVA DE AZEVEDO no dia 25/06/2025 às 08:05:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Maj Brig ALEXANDRE ARTHUR MASSENA JAVOSKI no dia 25/06/2025 às 17:43:44 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO